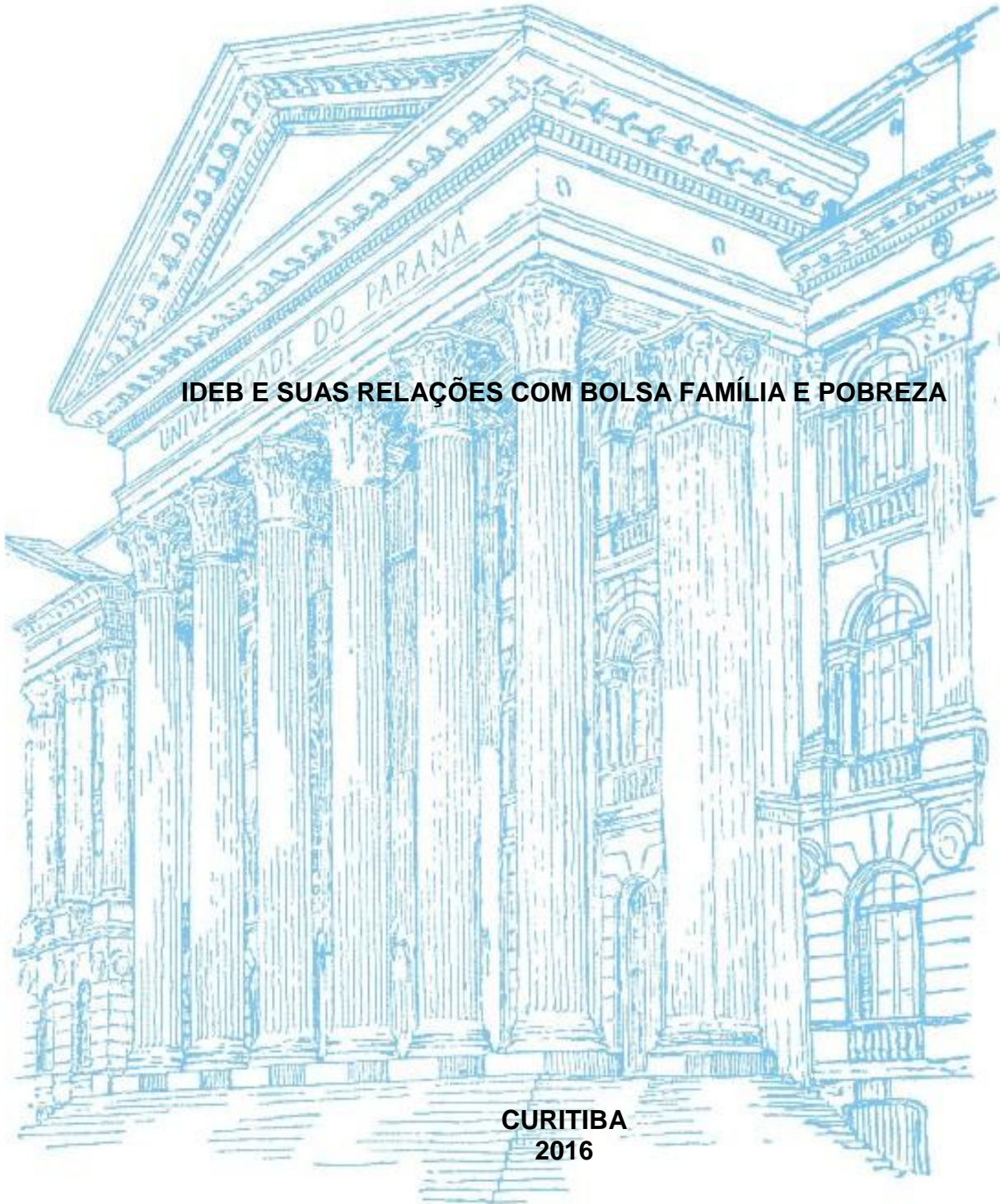


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO**

MAGNA LETICIA BUSATO COCHAK

IDEB E SUAS RELAÇÕES COM BOLSA FAMÍLIA E POBREZA



**CURITIBA
2016**

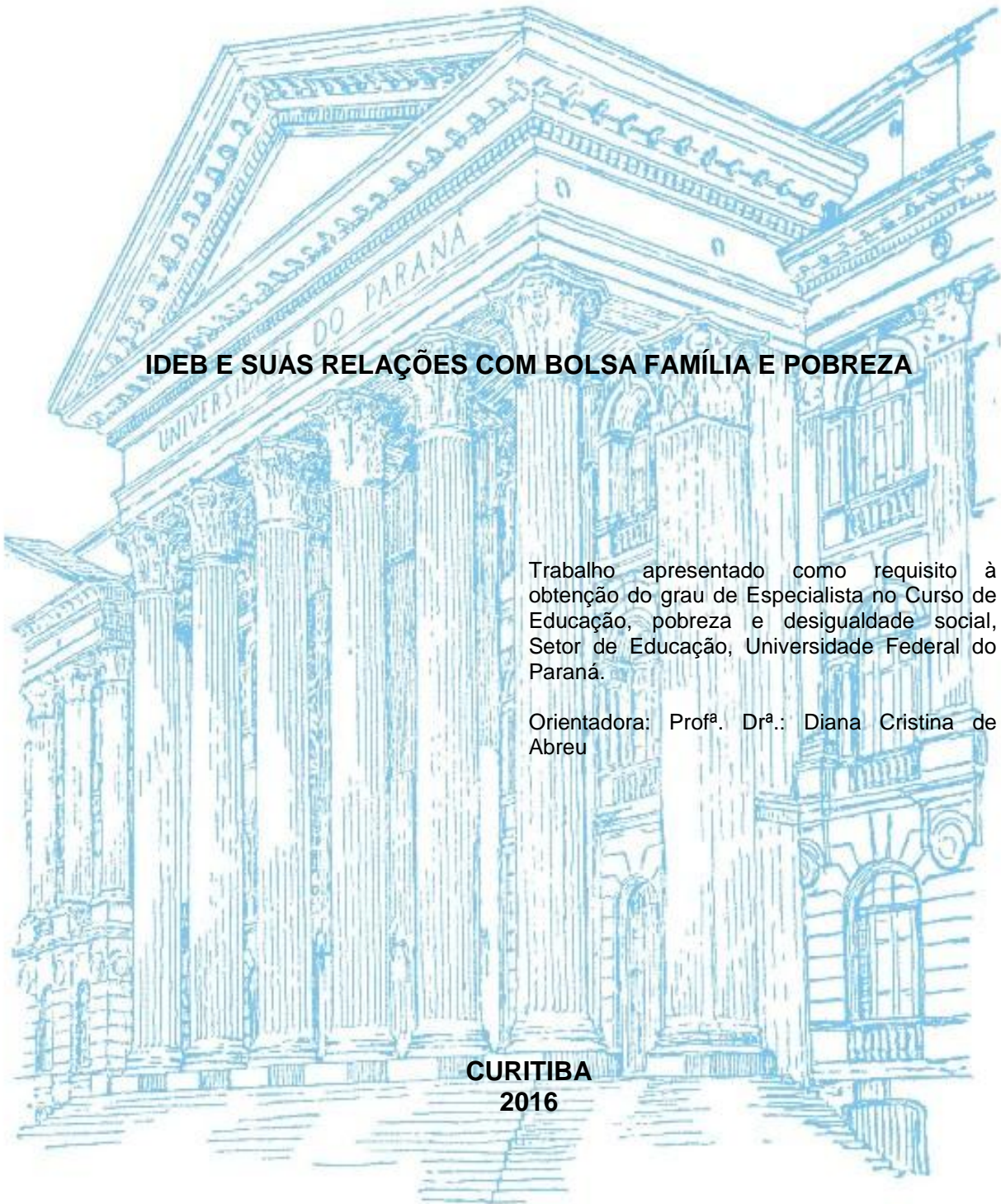
MAGNA LETICIA BUSATO COCHAK

IDEB E SUAS RELAÇÕES COM BOLSA FAMÍLIA E POBREZA

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de Especialista no Curso de Educação, pobreza e desigualdade social, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dr^a.: Diana Cristina de Abreu

**CURITIBA
2016**



IDEB E SUAS RELAÇÕES COM BOLSA FAMÍLIA E POBREZA

Magna Leticia Busato Cochak¹

RESUMO

Este trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Educação Pobreza e Desigualdade Social, pretendeu realizar um estudo de levantamento bibliográfico sobre teses, dissertações, livros e artigos que estabeleceram relações entre Pobreza, Bolsa Família e IDEB. O objetivo foi perceber os principais argumentos que os autores defendem, que conclusões chegam quando cotejam estas três categorias, ou seja, Pobreza, Bolsa Família e IDEB. Para tanto, buscou-se entendimento na CF/88, nas leis: Lei 9.394/1996, Lei nº 13.005/2014, **Lei nº 10.836/2004**, no Decreto nº 6.094/2007, e sites como: INEP, MEC, Planalto, IPEA, UNESCO, UNICEF e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; juntamente com esses, buscou-se documentos como a Educação para Todos: o compromisso de Dakar/Senegal/2000; Declaração Mundial sobre Educação para Todos, Jomtien, Tailândia/ 1990 e o Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, organizado por Jacques Delors. Na pesquisa foram considerados nove trabalhos, outros autores serviram de base para complementação da análise. Em geral as conclusões dos autores consideram que é preciso comparar nas análises dos resultados das políticas de avaliação, as questões da pobreza, a infraestrutura das escolas, gênero, cor, raça, alunos, comunidade onde esta inserida, custo/aluno/qualidade, características do ensino e suas particularidades, professores valorizados, com melhores salários e qualificados para função, financiamento justo colocado em lei como dever da União, Estados, Distrito e Municípios, investimentos esses que atendam os problemas existentes no Brasil. Além destas análises, outros trabalhos apontam para a importância do Programa Bolsa Família instituído no ano 2004, que incentivaram o aumento da frequência escolar, permanência e queda no número de evasões escolares. Ao mesmo tempo o PBF é apontado como um elemento que propicia que crianças e adolescentes tenham condição de concluir o ensino fundamental e dar continuidade dos estudos no ensino médio. Tentamos com esse trabalho realizar um levantamento bibliográfico acerca das produções acadêmicas e científicas que relacionam IDEB e Programa Bolsa Família.

Palavras chave: IDEB, BOLSA FAMÍLIA, POBREZA E EDUCAÇÃO

¹ Artigo produzido pela aluna Magna Leticia Busato Cochak do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Diana Cristina de Abreu. E-mail: magnabusato@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho aconteceu no âmbito da Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social e nela tivemos acesso a bibliografias que discutiam os temas título da especialização em quatro módulos. Um introdutório sobre a temática; o primeiro sobre, pobreza e cidadania, o segundo, pobreza, direitos humanos, justiça e educação, o terceiro tinha como título, escola espaços e tempos de reprodução e resistência da pobreza; o quarto estudo, tratou da pobreza e currículo uma complexa articulação, por fim os dois últimos módulos eram direcionados para o trabalho final.

Todos os módulos foram instigadores, trazendo muitas reflexões sobre as diversas relações da pobreza, especialmente no âmbito da educação e a escola. Atrelado a essas discussões, a vivência nesses últimos cinco anos dentro de diferentes ambientes escolares, experienciando a complexa realidade que se constitui ensinar, nos levou a considerar de maneira mais profunda as avaliações externas, em especial o IDEB² (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Buscou-se compreender e entender de maneira mais precisa as diversas considerações que permeiam em torno desse tema, procurando a sua relação histórica, social e política. Para esse fim, realizou-se uma pesquisa breve do contexto histórico Mundial e brasileiro situando o Século XX e início do Século XXI, no intuito de traçar uma compreensão linear dos acontecimentos e uma visão mais abrangente sobre o que é o IDEB e qual foi o agente motivador da sua criação.

Como parte dos procedimentos metodológicos realizou-se pesquisa bibliográfica em sites como: INEP, MEC, Planalto, IPEA, UNESCO, Unicef e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; juntamente com esses, buscou-se a lei maior, ou seja, a Constituição Federal de 1988 e outras leis e decretos como: Lei 9.394/1996, Lei nº 13.005/2014, Lei

² O Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Regulamenta a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. (Planalto, 2007).

nº 10.836/2004, Decreto nº 6.094/2007, documentos como, a Educação para Todos: o compromisso de Dakar/ Senegal/2000; Declaração Mundial sobre Educação para Todos, Jomtien, Tailândia/ 1990 e o Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, organizado por Jacques Delors.

Tomando como base materiais publicados em artigos, dissertações e teses, buscou-se estabelecer por meio de análises das produções o estado da arte em relação ao tema IDEB, Bolsa Família e pobreza, para maior reflexão e entendimento sobre a complexa relação que envolve essa abordagem.

Apresento na sequência o referencial teórico utilizado para este levantamento. (Soares e Sátyro, 2010), (Cotta e Paiva, 2010), (Morais, et.al 2013). (Chala, 2011), (Ribeiro e Silva, 2015), (Alves e Soares 2013), (Duarte 2012,2013), (Currello et. Al 2010), (Andreas e De Vries, 2012). Como referência complementar os autores: (Zanardini e Batista, 2016), (Saviani, 2007).

Para melhor organização deste trabalho, sistematizou-se e organizou-se o conteúdo em quatro partes. Na primeira é apresentada uma breve retomada histórica que chega até o IDEB, onde aponta-se informações gerais sobre o índice e sua finalidade, em seguida conceitua-se o programa bolsa família e sua relação com o desenvolvimento da educação básica por meio de análise de trabalhos que trataram sobre essa temática, na terceira parte é colocado apontamentos de diversos autores em relação ao IDEB, bolsa família e pobreza e por fim as considerações finais.

1. IDEB: BREVE CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS

O Século XX é marcado por muitas mudanças, em 1942, os países europeus que enfrentaram a Alemanha nazista e seus aliados, se reuniram na Inglaterra em uma Conferência de Ministros Aliados da Educação. A preocupação desses países era como iriam reconstruir os sistemas educativos, depois da guerra. Essa conferência tomou dimensões maiores e novos governos se aliaram, entre eles os Estados Unidos da América (UNESCO, 2015).

Em 1945, final da Segunda Guerra Mundial aconteceu a Conferência das Nações Unidas para o estabelecimento de uma Organização Educativa e Cultural (ECO-CONF), esta reuniu quarenta representantes de estados. Sua principal bandeira era estabelecer a "solidariedade intelectual e moral da humanidade" e desta maneira, impedir que se desencadeasse uma nova guerra mundial. Foi a partir dessa conferência que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) surgiu. Em 1948 recomenda aos Estados Membros que declarem obrigatório, para todos, o ensino primário gratuito (UNESCO, 2015). A UNESCO produziu um retrato estatístico que mostrava os níveis mundiais de educação, estes não satisfatórios.

No ano de 1990 em Jomtien, Tailândia foi realizado a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, com o intuito de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, tendo como base dados que mostravam um grande número de crianças que não tinham acesso ao ensino primário, não conseguiam terminar o ciclo básico. Para vencer os números negativos foi elaborado um plano de ação para os países participantes, mais de 150 países, entre estes o Brasil, os quais precisariam se adequar tendo um prazo de dez anos. (UNICEF, 1990).

Em 1996, a UNESCO formou uma comissão com quinze pensadores internacionais para elaborarem diretrizes para a Educação para o século XXI, pois, deparava-se com grandes problemas do mundo contemporâneo. O Francês Jacques Delors foi quem coordenou e produziu o relatório: "Educação um tesouro a descobrir: um relatório para Unesco da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI", contendo quatro pilares: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a ser e aprender a conviver, sendo esses pilares as bases para uma educação ao longo de toda a vida, os quais deveriam inspirar e orientar as reformas educativas. (DELORS, 2010). No Brasil, segundo (Zanardini, 2007), é possível constatar a forte influência desse relatório, não apenas na concepção de Educação Básica que se materializa via reforma educacional, mas também na convocação para a solidariedade e a cooperação em prol da educação e, através dela, do desenvolvimento social.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), promoveu um grande processo de avaliação das metas

acordadas pelos países, primeiro essas avaliações aconteceram em cada país, depois, no continente em uma conferência preparatória (Conferência Regional de Educação para Todos nas Américas, República Dominicana, em fevereiro de 2000) em seguida, pela convocação do Fórum Mundial sobre Educação de Dakar, em abril do mesmo ano. Esse momento foi importante porque serviu para reafirmar e assegurar os objetivos e as metas de “Educação para Todos” (EPT) fossem mantidas (DAKAR, 2000).

Segundo o documento elaborado em Dakar, muitos países tiveram avanços, porém no ano de 2000, havia mais de 113 milhões de crianças sem acesso ao ensino primário, 880 milhões de adultos analfabetos e ainda a discriminação de gênero e pouco acesso às tecnologias (DAKAR, 2000). São problemas que precisam ser superados para que haja a redução ou o fim da pobreza e da desigualdade em cada sociedade. O Fórum adotou seis medidas para a educação para todos até 2015, as quais estão abaixo:

- a) Expandir e melhorar os cuidados globais na primeira infância bem como a educação, especialmente para as crianças menos favorecidas e mais vulneráveis.
- b) Todas as crianças, particularmente as raparigas, crianças em circunstâncias difíceis e as que pertencem a minorias étnicas, têm acesso a educação primária gratuita, de qualidade e obrigatória até 2015.
- c) Garantir que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos são atingidas através do acesso equitativo a programas apropriados de aprendizagem e de programas de aquisição de competências para a vida.
- d) Alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização dos adultos até 2015, especialmente das mulheres, e acesso equitativo a educação básica e contínua para todos os adultos.
- e) Eliminar as disparidades de gênero na educação primária e secundária até 2005, e alcançar igualdade de gênero na educação até 2015, com ênfase especial em garantir que as raparigas tenham total e igual acesso à educação básica de boa qualidade e com aproveitamento.
- f) Melhorar todos os aspetos da qualidade de educação e garantir a sua excelência para que resultados de aprendizagem, reconhecidos e mensuráveis, sejam atingidos por todos, especialmente em alfabetização, matemática e habilidades essenciais para a vida (DAKAR, 2000).

Os países mais ricos comprometeram-se em tornar a Educação para Todos uma realidade, atendendo os países com menor recurso financeiro. O documento de Dakar ressalta ainda que a ajuda para o desenvolvimento e perdão da dívida em prol da educação por doadores bilaterais e multilaterais, custará em torno de U\$ 8 bilhões por ano. Cento e oitenta países se comprometeram em se adequar as exigências estabelecidas com medidas

necessárias, as quais os objetivos possam ser atingidos pelos milhões de adultos e crianças que não conseguem concluir o ensino fundamental de qualidade, negando o direito a educação (DAKAR, 2000).

No Brasil, o século XX, também foi marcado por muitas mudanças, em especial a década de 1990, onde aconteceram movimentos sociais de diversas áreas como: da educação representada pelos estudantes, pessoas surdas, negros, sindicalistas e comunitário. Também teve a reforma no Ensino Superior, o Fórum em defesa da Escola Pública e a Reforma do Estado. Este segundo (Zanardini e Batista, 2013), tem na reforma a garantia de um gerenciamento eficiente, com a garantia do crescimento econômico, no entanto as autoras apresentam o outro lado dessa reforma, a privatização e a terceirização para o setor privado, serviços como creches, hospitais, escolas, entre outros. A Reforma constitui a possibilidade de atuar/intervir nas relações sociais, reformular as políticas e favorecer o mercado (Zanardini e Batista, 2013 p.12).

Ainda na década de 1990, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira/Lei n. 9394/96, em 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que substitui a Lei de Diretrizes e Bases 5692/71 (Planalto, 1996).

Também neste ano foi reelaborado o PNE - Plano Nacional de Educação, que foi estabelecido de 2001 a 2010, esse período não foi suficiente para concluir os objetivos, portanto, um novo prazo foi concedido e um novo plano foi refeito, para ser cumprido no período de 2014 a 2024, Lei nº 13.005/2014, este é um instrumento de planejamento do Estado Democrático de Direito que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas do setor. Traz dez diretrizes entre elas a erradicação do analfabetismo e a melhoria da qualidade da educação (BRASÍLIA, 2014).

Nesse novo plano contém vinte metas, porém destaque a meta sétima, que ressalta a qualidade na educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir médias nacionais para o IDEB de 2015 a 2021.

Tema		Meta				
7	Qualidade da educação básica / Ideb	fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:				
		Ideb	2015	2017	2019	2021
		EF iniciais	5,2	5,5	5,7	6,0
		EF finais	4,7	5,0	5,2	5,5
		EM	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: www.cedes.unicamp.br/dl/1IASbwjA0_MDA_b189e_ (Brasília, 2014).

Esse indicador faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007 pelo Ministério da Educação (MEC). É um indicador de rendimento escolar Nacional da Educação Básica, referente ao desempenho dos alunos em Matemática e Língua Portuguesa e também a partir dos dados sobre aprovação, repetência e evasão escolar informados no Censo Escolar e das médias de desempenho nas avaliações da Prova Brasil, do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

O exame é realizado a cada dois anos, coordenado pela União, em colaboração com Estados, Distrito Federal e os Municípios, ele se constitui como fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas (Brasília, 2014).

Segundo Saviani, foram estabelecidas metas progressivas de melhoria desse índice, para atingir em 2022, a média de 6,0.

Este foi o índice obtido pelos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que ficaram entre os 20 com maior desenvolvimento educacional do mundo. O ano de 2022 foi definido não apenas em razão da progressividade das metas, mas à vista do caráter simbólico representado pela comemoração dos 200 anos da Independência política do Brasil. (Saviani, 2007, p.4).

Quatro novos indicadores fazem parte do IDEB, os quais medem o nível socioeconômico (INSE) das escolas, facilitando o acesso de qualquer pessoa a essas informações, possibilitando uma visão geral e também mais específica das escolas.

O primeiro indicador é feito por meio de questionário contextual da Prova Brasil preenchido com informações dos alunos, o qual é feito uma média do nível socioeconômico em uma escala distribuída em sete níveis, sendo o sétimo nível, o mais alto. Os outros três indicadores são obtidos com base nas

informações dadas pelas escolas ao Censo Escolar, como formação dos professores que atuam na escola e se estes possuem formação adequada para a disciplina que lecionam.

Outro indicador é em relação à dificuldade enfrentada pelos professores para o exercício da profissão, considerando assim o número de escolas em que atuam, turnos, número de alunos e etapas nas quais lecionam. Por último é referente à complexidade de gestão que se define por número de alunos matriculados, número de turnos de funcionamento; complexidade das etapas ofertadas pela escola e número de etapas/modalidades oferecidas. Ainda é possível traçar comparações das informações entre as escolas (INEP, 2013).

É importante ressaltar as considerações finais do INEP em sua nota técnica elaborada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o qual esclarece que este é a primeira versão do indicador socioeconômico e que a partir deste continuará aprimorando a metodologia empregada, assim como os instrumentos de coleta de dados.

Tabela das metas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Anos Finais até 2021:

Anos Iniciais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado						Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2021
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	6.0
Dependência Administrativa												
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	5.8	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.8	6.0	6.3	6.6	6.8	7.0	7.5
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	3.6	4.0	4.4	4.7	5.0	5.8

Acessado em: 25/10/2016 <http://IDEB.INEP.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=2136707>

Anos Finais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado						Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2021
Total	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	4.5	3.5	3.7	3.9	4.4	4.7	5.5
Dependência Administrativa												
Estadual	3.3	3.6	3.8	3.9	4.0	4.2	3.3	3.5	3.8	4.2	4.5	5.3
Municipal	3.1	3.4	3.6	3.8	3.8	4.1	3.1	3.3	3.5	3.9	4.3	5.1
Privada	5.8	5.8	5.9	6.0	5.9	6.1	5.8	6.0	6.2	6.5	6.8	7.3
Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	4.2	3.3	3.4	3.7	4.1	4.5	5.2

Acessado em: 25/10/2016 <http://IDEB.INEP.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=2136707>

As informações apresentadas até esse primeiro capítulo procurou trazer elementos gerais sobre como se desenharam as estratégias educacionais no Brasil. Nos permitindo uma introdução necessária para as reflexões nas quais, considera o IDEB e suas relações com a pobreza e o programa bolsa família, por meio das pesquisas e olhares de outros autores.

2- O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA POBREZA E NO IDEB

Nossa constituição de 1988 em seu Art. 205 assegura que a educação é direito de todos e dever do estado e da família e ainda no Art. 206 expressa que esse ensino seja ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL. Constituição 1988). O país precisa se adequar para que o acesso com igualdade de condições, permanência e crescimento, qualidade, possam ser garantidos, porém não de maneira isolada cobrando apenas uma parte responsável, mas todo um conjunto que configura nossa sociedade, isso inclui o Estado.

Foi a partir da CF/88 que se consolidaram importantes aspectos para a construção de um novo sistema brasileiro de proteção social. (Soares e Sátyro, 2010). Os autores chamam de “espinha dorsal das políticas sociais”, a educação, saúde e previdência.

O Programa Bolsa Família (PBF) surgiu em 2003, porém possui uma trajetória particular em políticas de proteção social no Brasil, em especial após a Constituição Federal de 1988 (CF/88) (Soares e Sátyro, 2010).

Na medida em que a CF/88 reconheceu o direito à aposentadoria não integralmente contributiva dos trabalhadores rurais em regime de economia familiar, garantindo transferência de solidariedade, ela também, por definição, começou a criar um sistema de políticas sociais redistributivas, ainda que com muitas lacunas. Adiciona-se, também, a garantia do direito de acesso a serviços por parte de populações necessitadas. Por fim, a CF/88 cria o direito a uma renda de solidariedade para idosos e portadores de deficiência em situação de extrema pobreza: o Benefício de Prestação Continuada (BPC) (Soares e Sátyro, 2010. p26).

Nos anos de 1990 surgiu no Brasil o modelo de Transferência de Renda Condicionada (PTRC). O objetivo era suprir as necessidades das pessoas menos favorecidas financeiramente, na prática, se traduz na indução do acesso aos serviços de educação e saúde (Cotta e Paiva, 2010).

Segundo esses dois autores o México foi o primeiro país a implantar o modelo PTRC na América Latina e Caribe, com o Programa de Educación, Salud y Alimentación (Progresa), de 2000, que em 2002 passa a se chamar Programa de Desarrollo Humano Oportunidades (Cotta e Paiva, 2010).

No Brasil, as primeiras iniciativas do governo federal associadas ao modelo PTRC datam de 2000. O início do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso foi marcado pela proliferação desse tipo de intervenção. Em 2002, havia sete programas de transferência de renda em funcionamento: Programa Bolsa Escola, Programa Bolsa Alimentação, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Programa Bolsa Renda, Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Local e Humano, Bolsa Qualificação e Auxílio Gás. Contudo, a proliferação dos programas de transferência de renda no governo federal teve consequências indesejáveis (Cotta e Paiva, 2010, p.55).

No ano de 2003 que foi criado o PBF, a situação dos programas de transferência de renda condicionada, estava como citam (Soares e Sátyro, 2010), um verdadeiro “caos”, porém reconheciam a pobreza como risco social.

O Bolsa Família juntou todos os outros programas existentes apenas em um, que antes estavam deslocados, e incorporou o vale gás. O PBF se beneficiou da existência do Cadastro Único, que vinha sendo aperfeiçoado e expandido desde 2001, seu objetivo era integrar as informações sobre os beneficiários dos programas Federais (Soares e Sátyro, 2010).

Este programa do governo Federal é reconhecido fora e dentro do Brasil como eficaz no combate a pobreza. Segundo o site do ministério do desenvolvimento social e agrário o público alvo são famílias em situação de pobreza (renda per capita mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00) e extrema pobreza (renda per capita mensal de até R\$ 85,00), para que estas tenham acesso a direitos básicos e essenciais: alimentação, saúde, assistência social e educação. Quando entram no programa, as famílias recebem o benefício mensalmente.

O Bolsa Família acompanha a frequência escolar de 17 milhões de alunos anualmente e a saúde de 9 milhões de famílias por semestre. Essa ação integrada trouxe resultados como a redução da deficiência nutricional crônica, que caiu pela metade entre 2008 e 2012 – de 17,5% para 8,5%. Na educação, a análise do Banco Mundial aponta que o Bolsa Família aumenta em 21% a probabilidade de uma jovem de 15 anos frequentar a escola (Brasil, 2016).

Soares e Sátyro, consideram o PBF como um programa que contribuiu na redução da pobreza, na diminuição da desigualdade de renda, na maior frequência escolar e na garantia que as crianças beneficiárias não se submetam ao trabalho infantil como antes (Soares e Sátyro, 2010).

Os autores: (Currello, Silva, Ximenes, Oliveira Aquino Vasconcellos, Feldenheimer, Nilson 2010), também reconhecem o PBF, como importante na redução da pobreza e forte estímulo a permanência na escola e progressão escolar, dando condições de concluir o ensino fundamental e dar continuidade dos estudos no ensino médio.

Estimular, pelas regras da condicionalidade em educação, a frequência escolar de crianças pobres representa um enorme desafio educacional e social, diante das lacunas de escolaridade que o grupo dos mais pobres apresenta no Brasil, em comparação com os mais ricos. A escolaridade média de um adulto de 25 anos no grupo dos 25% mais ricos, no Brasil, é o dobro (12 anos) do grupo dos 25% mais pobres (seis anos). Para o grupo dos 25% mais ricos, a porcentagem de jovens de 15 a 17 anos, que frequentam ou já completaram o ensino médio, é de mais de 80%, enquanto que, para os 25% mais pobres, é de 30%. 16 Diante desse quadro, todos os esforços são necessários para garantir a frequência escolar todo ano, sem interrupções, das crianças e adolescentes de famílias em situação de pobreza, para que elas consigam concluir os níveis de ensino da educação básica na idade prevista e que assim sejam rompidos os ciclos de atraso escolar e de desigualdades educacionais (Currello, Silva, Ximenes, Vasconcellos, Aquino, Oliveira, Feldenheimer, Nilson, 2010.p.157).

A autora CHALA, 2011, tem como tema de pesquisa o impacto do programa Bolsa Família na Educação, focando nos moradores da região da Terra vermelha no município de Campo Largo, pesquisou sete escolas Municipais e Estaduais da região, com alunos beneficiários do PBF, apontou dados de 2000 a 2010, tendo em vista que o programa só teve início em 2015 no município. A autora consegue comprovar com sua pesquisa a eficácia do PBF na região pesquisada.

Como a melhoria na qualidade de ensino que ultrapassou a meta prevista para os anos de 2007 e 2009, assim como o aumento da frequência escolar, permanência e queda no número de evasões escolares. Este aumento ressalta a autora foi perceptível já no início da implantação do programa (CHALA, 2011).

Morais, Ramalho, Alves e Filgueira, também avaliaram os impactos do PBF nos Municípios do Rio Grande do Norte nas variáveis de educação do IDEB, entre outras relações, no que se refere a educação os autores apresentam outro fator importante, o programa tem seu impacto positivo no aumento das matrículas, pois este é um dos requisitos para o recebimento do benefício, porém a preocupação esta na qualidade do ensino (medido pelo IDEB), que segundo eles a correlação demonstrou que o impacto pode tender ao negativo, no que se refere a quantidade de crianças em sala de aula, podendo diminuir o desempenho destas e acrescento sobrecarregando os professores (Morais, Ramalho, Alves, Filgueira, 2013).

O autor (Oliveira, 2014), buscou a relação entre PBF e a educação no intuito de compreender se este, colabora na vida escolar de seus beneficiários, assim como perceber os efeitos na superação da situação de vulnerabilidade social das famílias.

Destaca que o PBF esta submetido à maneira que é considerada a pobreza e extrema pobreza, obedecendo a lógica neoliberal onde existe a interferência mínima do Estado, fomentando a negação dos direitos sociais (Oliveira, 2014). Uma política perigosa na qual gradativamente retira-se direitos, substituindo políticas universais pelas focalizadas, redução dos gastos sociais, a supervalorização do valor, mantendo-se a lógica do mercado em detrimento das necessidades sociais.

Assim, o autor considera que o PBF sustenta-se numa perspectiva conjuntural, não considerando o caráter estrutural da sociedade capitalista, não problematizando a superação das suas contradições na medida em que não as considera como produto das desigualdades sociais.

Porém, considera os efeitos imediatos gerados nas vidas das famílias beneficiárias, mesmo que minimamente, no entanto, chama a atenção do PBF para além de seu caráter imediatista.

Em relação à educação ele coloca a exigência do programa no que tange ao acesso e frequência como algo já garantido na CF/88, sendo este dever do Estado, portanto precisa garantir a todos independente do programa.

Os dados da sua pesquisa revelam efeitos positivos do PBF no aumento da frequência escolar e redução das taxas de abandono escolar. No entanto o grande motivador para a saída da escola esta na necessidade do trabalho (Oliveira, 2014,).

Considerando o desempenho escolar estabelece uma comparação entre os estudantes beneficiários e os não beneficiários em relação a aprovação e reprovação a qual se mostrou muito próxima. Constatou-se um aumento na taxa de reprovação dos beneficiários do programa, flutuando entre 25% (a mais baixa) e 44,10% (a taxa de reprovação mais alta) (Oliveira, 2014,).

Outro ponto importante de sua pesquisa foi em relação a precarização das escolas, carência de materiais escolares, baixos salários dos profissionais da educação, rotatividade de professores e sua substituição por estagiários, precária qualificação profissional, dentre outros.

Destaca a necessidade de se compreender a educação dentro da lógica capitalista e sua relação com o trabalho, o qual não pode ser alienante. Pois este modelo escraviza, discrimina, divide e não permite a retirada das pessoas da vulnerabilidade social, ao contrário, essa lógica leva a uma reprodução da pobreza.

O autor entende que este PBF é importante, desde que, visto como uma questão de “justiça social”, trata-se de garantia e efetivação dos direitos sociais conquistados historicamente (Oliveira, 2014,).

3. O IDEB E SUAS RELAÇÕES COM A POBREZA E A BOLSA FAMÍLIA: UM LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Os autores (RIBEIRO E SILVA, 2015), fizeram um trabalho de levantamento de fontes desde a implementação do IDEB, 2007 à 2014, procurando entender o que os artigos desse período poderiam indicar de avanço ou possível retrocesso à educação no Brasil e ainda, que conclusões traziam essas fontes. Buscaram autores como: (CASTRO 2009), (CAVALCANTE 2011), (DUARTE 2013), (FERNANDES 2007), (FREITAS 2007), (NETO 2010), (PAZ e RAPHAEL 2010), (SOARES e XAVIER 2013).

Além da leitura dos autores acima nominados também buscaram em sites oficiais da educação como MEC e INEP, artigos e textos referentes as avaliações externas no Brasil. Os autores: (Fernandes 2007) , (Castro 2009), (Neto 2010), (Cavalcante 2011), apresentaram considerações favoráveis ao IDEB, considerando as falas dos autores acima citados no trabalho, de maneira pontual. O IDEB é visto como um indicador prático, confiável e importante o qual ajuda a entender o desempenho das escolas em todo país, podendo acompanhar quais Estados e Municípios avançaram mais em relação as metas de cada um, assim, servindo como um forte instrumento para o Estado, para que possa encaminhar políticas direcionadas para cada região, trabalhando especificamente suas dificuldades. Sendo considerado ainda um instrumento democratizante, por fornecer os índices obtidos pelas escolas de maneira que todos tem acesso a essas informações.

Os autores (Freitas 2007), (Paz e Raphael 2010), (Duarte 2013), (Soares e Xavier 2013) apresentaram outras considerações em relação ao IDEB, como a preocupação com a massiva divulgação das pontuações de forma pública, pois estas tem gerado competições entre as instituições, virando um sistema de Rankings, que tem gerado transtorno porque as escolas com índices mais baixos são rotuladas, levando a obrigação desse desempenho de maneira isolada, como se esse resultado fosse apenas obrigação de uma má instrução, não levando em consideração outros fatores e outros responsáveis, assim considerando o índice como punitivo o qual acentua as desigualdades em vez de contribuir para sua redução.

Na conclusão desse trabalho (RIBEIRO E SILVA, 2015), colocam que é natural que surjam múltiplos olhares em relação ao IDEB, devido a distintas concepções de educação. Ressaltam ainda, a importância/relevância do tema e, por isso, a necessidade de refletir tal assunto.

Os autores (Alves e Soares 2013), trazem no seu trabalho uma considerável preocupação ao tipo de política que o indicador determina, assim como apresentam que essa maneira de avaliar tem como foco o resultado final, o qual não considera as diversas condições que levam a esses resultados que segundo eles, assim como colocado acima, está se limitando a rankings entre escolas.

Alertam para a necessidade de considerar outros aspectos para essas avaliações como: contexto escolar, características do ensino e suas particularidades, condições econômicas, gênero, cor, raça, alunos, comunidade onde esta inserida, custo aluno/qualidade.

Sugerem ainda:

a necessidade da busca de um consenso em duas temáticas. Em primeiro lugar, diante da grande variação de resultados dos alunos dentro de cada escola, o uso da média da Prova Brasil e da taxa de aprovação nos segmentos escolares para o cálculo do IDEB tem como consequência o desaparecimento da variação dos indicadores originais entre os alunos. Na literatura educacional, há muitos estudos que mostram a possibilidade de viés quando se utiliza a escola como unidade de análise. Para lidar com essa situação foram desenvolvidos os modelos hierárquicos nos quais o aluno é a unidade de análise, mantendo-se a escola como unidade de intervenção e possibilitando-se, assim, o estudo do efeito escola. Idealmente, esses modelos deveriam sempre ser utilizados para estudos educacionais. Para o problema em tela, tomar-se-iam duas condições do aluno como resposta: seu rendimento, ou seja, sua situação de aprovação, abandono ou reprovação (dado obtido com o Censo Escolar), e seu desempenho, medido pelas proficiências na Prova Brasil. Dessa forma, seria possível uma análise mais fina da qualidade educacional quanto ao rendimento e ao desempenho dos alunos em vez de uma síntese na média da escola, que pode ser inflada pela melhora apenas de um desses dois elementos. Mas, para isso, seria necessário que a Prova Brasil e o Censo Escolar fossem compatíveis no nível do aluno, e não apenas no nível da escola, o que ainda não é possível (Alves e Soares 2013.p19).

Propõem uma investigação com desenho metodológico misto, nos quais escolas com valores extremos de rendimento e desempenho identificados pelos resíduos positivos ou negativos dos modelos de regressão seriam investigadas a partir de metodologias qualitativas (Alves e Soares 2013).

Levantam nesse trabalho a necessidade de políticas de superação dessas limitações e que essas não podem ser desconsideradas na avaliação do IDEB (Alves e Soares 2013). O resultado obtido por esses pesquisadores foi que as escolas que atendem a alunos de menor nível socioeconômico, tiveram resultados piores.

A pesquisa de (Duarte, 2013) é bastante pontuada na temática IDEB, pobreza e bolsa família, contribuindo para reflexão na relação desses três temas. Um de seus objetivos importantes é apresentar dados que justifiquem a necessidade de mais recursos para a educação e maior apoio ao enfrentamento da meritocracia.

O seu trabalho foi feito por meio de análise de regressão multinível, considerando o impacto da pobreza no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas, assim como o percentual de beneficiários do Programa Bolsa Família nas instituições de ensino com IDEB 2009. Com isso, depois de considerar as variáveis dos diferentes níveis, a autora pode perceber que o impacto foi de -0,42 no modelo 1 e -0,29 no modelo 2. (Duarte, 2013). Estes números mostrados em sua pesquisa comprovaram que alunos em situação de pobreza tem efeito negativo significativo no IDEB da escola; assim como, custo-aluno, população e região também interferem nessa relação.

A autora se detém na situação da pobreza e evidencia com a pesquisa que ha um imenso quantitativo de pobres nas escolas públicas do Brasil, mesmo sendo um país que não é pobre (é a sexta economia mundial), mas um país com muitos pobres, especialmente crianças (DUARTE,2012).

A autora chama atenção à invisibilidade do pobre nas instituições de ensino público, levando a uma reprodução do sistema o qual desconsidera o pobre, e que sem dúvida, esse processo desigual acaba impactando o IDEB da escola. Com o resultado estatístico de sua pesquisa pode evidenciar a complexidade que enfrenta os Municípios de grande porte em relação a condição socioeconômica, por ausência do Estado e desproteção social tributária (Duarte, 2013).

Outra preocupação apontada na pesquisa se refere à riqueza gerada socialmente a qual não alcança a escola como deveria, defende a ideia de (Carreira e Pinto 2007), onde apresentam a saída para essa distorção tributária que parece estar na elevação do custo-aluno pela capacidade que apresentou em moderar e mediar a pobreza nas escolas. Precisa ainda assegurar o Custo-Aluno-Qualidade (CAQ) no texto da lei, com reivindicação de pelo menos 10% do PIB para financiamento da educação (Duarte, 2013).

A autora reconhece o papel da escola na sociedade, porém não deixa de destacar o ciclo vicioso de políticas determinadas, atribuída especialmente ao financiamento restritivo, a precarização do espaço-tempo escolar e a políticas de invisibilidades. Coloca que já se sabe que a qualidade educacional envolve necessariamente, valorização dos profissionais da educação (inclusive, dos não docentes), assim como mais investimento em tecnologia, infraestrutura e qualidade/ procedência dos conteúdos (Duarte, 2013).

Andreus e De Vries, também trazem considerações pertinentes em relação a pobreza e seu impacto sobre o IDEB, no desenvolvimento do artigo dos autores, eles mostraram como resultado, que a pobreza tem um forte impacto no desempenho escolar, chegando a explicar até 60% da variação. Consideram que a qualidade da educação também passa pela superação da pobreza (ANDREUS e DE VRIES, 2012). Outras reflexões que complementam a temática da pobreza esta nas políticas educacionais, que visam a melhoria de “input” ou, o que é mais preocupante, partem do princípio de que a responsabilização de professores é a chave para a promoção da qualidade da educação. (ANDREUS e DE VRIES, 2012).

Talvez o que esteja ausente nesse debate é a consideração da educação como um direito social, na sua acepção mais fundamental. Todo estudante brasileiro deveria ter o direito a professores qualificados e acesso a livros didáticos, a estudar em um ambiente agradável e a usufruir de outras características associadas às boas escolas. Essas características devem ser promovidas pelos governantes como uma forma de dar oportunidades a cada criança e jovem. Educar é uma atividade complexa e não pode ser levada adiante apenas por meio da manipulação de uma dúzia de insumos em uma função de produção ou por meio da responsabilização de escolas e professores. Em suma, os indicadores de desempenho devem ser encarados como instrumentos auxiliares das políticas educacionais e não como parâmetros a que as políticas devem se submeter irrefletidamente. (ANDREUS e DE VRIES, 2012 pg.19).

Portanto a luta por uma educação de qualidade não está apenas nas mãos da escola, tendo em vista que esta faz parte de uma sociedade capitalista e de classes, a qual determina e direciona as ações da escola e o contexto ao qual ela faz parte, juntamente com suas particularidades.

A realidade ainda nos mostra muitas crianças e jovens que têm acesso à educação, porém em condições desiguais, desta maneira é essencial a criação

e manutenção de políticas educacionais que efetivem a educação para todos e esta seja justa e atenda as particularidades de cada grupo social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Considerando um número de referências necessárias para a efetivação desse trabalho na busca de um estado da arte nas relações do IDEB, bolsa família e pobreza, nos mostrou o quanto é complexo trazer essas informações de maneira mais abrangente e trabalhos que considerassem esses três elementos, muito poucos foram encontrados com essa temática de maneira explícita, muitos eram locais, regionais, precisando assim ter um olhar mais criterioso e cuidadoso na busca das informações e a seleção destas.

Foi necessário leituras complementares e outras específicas de cada item abordado, depois em pares, em um momento IDEB e bolsa família, em outro, IDEB e pobreza, para no fim juntar as três temáticas.

Precisou ainda abordar uma linha mínima histórica que apresentasse em que momento se configurou o recurso do Estado em adotar medidores avaliativos da educação, para assim na sequência entender o que é, e suas relações conceituadas pelos autores estudados.

Cada item sozinho, já se faz um singular esforço em compreendê-los, pois possuem suas especificidades, um percurso histórico que se revela na atualidade e precisa ser minimamente compreendido, facilitando o entendimento do todo.

Foi possível perceber que os autores estudados contribuíram para dialogar diante de uma política avaliativa brasileira, orientada por fatores externos e internos. Desta maneira apresenta-se os diversos apontamentos, olhares de cada pesquisa, a contribuição destas para novas reflexões e possibilidades de explorar o tema.

Em relação ao PBF e seu impacto na pobreza os autores: (Soares e Sátyro, 2010), (Currello, Silva, Ximenes, Oliveira Aquino Vasconcellos, Feldenheimer, Nilson 2010), aprovam sua eficácia na redução da pobreza, frequência escolar, permanência e progressão, dando condição de concluir o ensino fundamental e dar continuidade dos estudos no Ensino Médio. Em relação ao aumento da frequência, permanência e redução das taxas de

abandono escolar (CHALA,2011) e (Oliveira, 2014,) averiguaram como positivo o PBF. (CHALA, 2011,) destaca também a melhoria na qualidade do ensino nos anos pesquisados (2007-2009). (Oliveira, 2014,), em relação ao desempenho escolar comprovou que este é semelhante aos que não fazem parte do programa, constatou um aumento na taxa de reprovação dos beneficiários do PBF.

Expõe a precarização dos espaços escolares, os quais estão sucateados e é este o lugar onde as pessoas carente estão inseridas e são avaliadas visando qualidade, parece não fazer sentido essas duas realidades juntas.

O olhar de (Oliveira, 2014), em relação ao programa se apresentou criterioso, porque levou em consideração toda uma estrutura, política, ideológica e histórica o qual o PBF faz parte, tendo em vista um Estado Capitalista que tem como prioridade a lógica do mercado, a divisão de classes, a super valorização do valor em detrimento do homem, portanto diante desse modelo político precisa, segundo ele olhar para o PBF, além de seu caráter imediatista.

Os autores: (Morais, Ramalho, Alves, Filgueira, 2013), apresentaram como positivo o aumento das matrículas, sendo esta uma das condicionalidades do programa, todavia, destacaram um fator importante e pouco discutido, o inchamento das salas de aula, considerado um fator negativo o qual pode diminuir o desempenho das crianças. Por se tratar de ensino fundamental séries iniciais, as crianças que pertencem a essa etapa variam entre quatro anos de idade e dez, sendo assim precisam ser atendidas não apenas de maneira coletiva, mas muitas vezes de forma individualizada, seja na correção de um texto, no aprender de uma letra, na realização das atividades etc. Portanto o Estado precisa garantir condições dignas de aprendizagem a essas crianças, para que se alcance a qualidade desejada.

Diante dessa situação entre outras apontadas (RIBEIRO E SILVA, 2015), apresentam apontamentos de oito autores sobre o IDEB, de um lado (CASTRO 2009), (CAVALCANTE 2011), (FERNANDES 2007), (NETO 2010), consideram em linhas gerais o IDEB como sendo um indicador de fácil acesso, confiável e importante o qual ajuda a entender o desempenho das escolas em todo país, visto como instrumento democratizante. Por outro lado na análise

dos autores: (Freitas, 2007), (Paz e Raphael, 2010), (Duarte, 2013), (Soares e Xavier, 2013) a massiva divulgação das pontuações de forma pública, está gerando competições entre as instituições, virando um sistema de Rankings, o mesmo considera (Alves e Soares 2013), que critica que esta maneira de avaliar tem seu foco no resultado final e que é necessário considerar a política que o indicador determina.

Outros apontamentos pertinentes de (Alves e Soares 2013), esta na necessidade de considerar outros fatores que fazem parte do contexto escolar e que implicam massivamente no fator qualidade como: contexto escolar, características do ensino e suas particularidades, condições econômicas, gênero, cor, raça, alunos, comunidade onde esta inserida, custo aluno/qualidade.

A pesquisa de (Alves e Soares 2013), mostrou que as escolas que atendem a alunos de menor nível socioeconômico, tiveram resultados piores, por tanto segundo esses pesquisadores à necessidade de políticas de superação das limitações citadas acima as quais devem ser consideradas no IDEB.

(Duarte, 2013), sua pesquisa comprovou que alunos em situação de pobreza tem efeito negativo significativo no IDEB da escola; assim como, custo-aluno, população e região também interferem nessa relação.

Em relação a pobreza a autora apresenta que existe um imenso quantitativo de pobres dentro das escolas, porém estes não são considerados como deveriam, muito pelo contrário são estigmatizados como incapazes. Nesse processo colocado pela autora como desigual acaba impactando o IDEB da escola, aponta também a ausência do Estado na contribuição com os Municípios. Defende como saída para a distorção tributária a ideia de (Carreira e Pinto 2007), a elevação do custo-aluno pela capacidade que apresentou em moderar e mediar a pobreza nas escolas e que este deve ser assegurado em lei (custo-aluno-qualidade/CAQ), com pelo menos 10% do PIB para financiamento da educação (Duarte, 2013).

(ANDREUS e DE VRIES, 2012), assim como (Duarte, 2013), mostraram na pesquisa que a pobreza tem um forte impacto no desempenho escolar. Consideram que a qualidade da educação também passa pela superação da pobreza.

Portanto, assim como afirma (Duarte, 2013), a qualidade educacional envolve a valorização dos profissionais da educação docentes e não docentes, assim como mais investimentos em tecnologias, infraestrutura, procedência dos conteúdos etc. (ANDREUS e DE VRIES, 2012), Também chamam atenção as políticas educacionais que visa a melhoria de resultados, porém desconsidera outros fatores e ainda responsabiliza os professores como sendo esses a “chave” para se atingir a qualidade na educação.

(ANDREUS e DE VRIES, 2012), colocam os indicadores de desempenho como instrumentos importantes para auxiliarem as políticas educacionais e não como parâmetros a que as políticas devem se submeter irrefletidamente. Destacam a educação como ela deve ser vista um direito social.

Todo estudante brasileiro deveria ter o direito a professores qualificados e acesso a livros didáticos, a estudar em um ambiente agradável e a usufruir de outras características associadas às boas escolas. Essas características devem ser promovidas pelos governantes como uma forma de dar oportunidades a cada criança e jovem. Educar é uma atividade complexa e não pode ser levada adiante apenas por meio da manipulação de uma dúzia de insumos em uma função de produção ou por meio da responsabilização de escolas e professores (ANDREUS e DE VRIES, 2012 pg.19).

A fala final destes autores representam resumidamente parte do que já foi apontado por muitos dos pesquisadores trazidos para esse trabalho, não basta determinar medidores de qualidade sem antes pensar no País como um todo, sua estrutura política, social, histórica e cultural, não se pode deixar de pensar no essencial apontado por eles, ao contrário o medidor não fará sua tarefa bem feita, deixando dúvidas e diversos questionamentos.

A função do IDEB é considerada, suas ações são claras e acredito que importantes, porém é preciso trabalhar na base que exige ações que diminua a desigualdade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: http://portal.MEC.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 21 de out. 2016.

BRASIL, LEI nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014 . Plano Nacional de Educação – PNE. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 19 de jul. 2016.

BRASIL, LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004, Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm Acessado: 29/10/2016.

BRASIL, Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Regulamenta a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.– Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 27 de out. 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portal do INEP. Prova Brasil. Disponível em: <http://portal.INEP.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc>>. Acesso em 27 out. 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Prova Brasil e Saeb. Histórico: história da Prova Brasil e do Saeb. C2011a. Disponível em: <<http://portal.INEP.gov.br/web/prova-brasil-e-saeb/historico>>. Acesso em 27 out. 2016.

Dakar/ Educação para Todos – 2000/*Texto adotado pela Cúpula Mundial de Educação*. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-de-dakar.html> >. Acesso em: 19/07/2016.

Brasília: UNESCO, CONSED. Educação para Todos: o compromisso de Dakar/ texto adotado pelo Fórum Mundial de Educação Dakar Senegal, 26 a 28 de abril de 2000. Inclui o Marco Regional de Ação de Santo Domingo, jan, 2001. Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf> >. acessado em 19/07/2016.

Jomtien, Tailândia. Declaração Mundial sobre Educação para Todos – 5 a 9 de março de 1990. Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem.

Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm>. acessado em 26/10/2016.

Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), 2014. Planejando a próxima década. Disponível em: >http://pne.MEC.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf >. acessado em 19/07/2016.

DELORS, Jacques (Org.). Educação: um tesouro a descobrir. Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2010. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf> >.acessado em: 24/10/2016)

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Conferência de Jomtien. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em:

<<http://www.educabrazil.com.br/conferencia-de-jomtien/>>. Acesso em: 21 de out. 2016.

Assembleia Geral das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela Resolução nº 217 A (III) em em 10 de dezembro de 1948. Assinada pelo Brasil na mesma data. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>>. Acessado em 19/07/2016.

MEC. Avaliação da Aprendizagem/Disponível em: <http://portal.MEC.gov.br/proinfancia/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/18843-avaliacoes-da-aprendizagem> >.acessado em 27/10/2016.

Zanardini, I. M. S. de A reforma do Estado e da educação no contexto da ideologia da Pós-Modernidade, Florianópolis, v.25, n. 1, 227-244, jan./jun. 2007. Disponível em:

http://download.INEP.gov.br/educacao_basica/saeb/ana/resultados/2014/nota_tecnica_inse.pdf >.acessado 27/10/2016

Zanardini, I.M.S; Batista, C.K; A Reforma do Estado Brasileiro na década de 1990: Proposta do Banco Mundial no contexto educacional brasileiro e a autonomia na elaboração do projeto político pedagógico. In: XI Jornada do Histedbr tem como tema central: “A Pedagogia Histórico-Crítica, a Educação

Brasileira e os desafios de sua institucionalização”, 2013. Pg.12. Cidade de Cascavel/PR. Disponível em:
http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/2/artigo_simposio_2_828_keila_bat@yahoo.com.br.pdf. acessado em: 27/10/2016

UNESCO. Em apoio à Celebração do 70º aniversário da Unesco, Aprovada a 16 de novembro de 1945 – Londres/Rede das Escolas Associadas PEA-UNESCO -Regional São Paulo/Março/2015. Disponível em:
www.peaunesco.com.br/2.Documento%20-%20História%20da%20UNESCO%20n. Acessado em:27/10/2016.

UNESCO. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a ciência e a Cultura. A Unesco no mundo e no Brasil. Disponível em:
<https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/> >.acessado 25/10/2016

RIBEIRO E SILVA, IDEB: Avanço ou retrocesso à educação brasileira? O que dizem artigos publicados em periódicos entre 2007-2014?. Disponível em:>http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/14266/10806_>. acessado em 26/09/2016.

CASTRO, M. H. G. A Consolidação da Política de Avaliação da Educação Básica no Brasil. Meta: Avaliação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p.271-296, set./dez. 2009. Disponível em:
<http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/91780/1/2-s2.0-80054770797.pdf>>. acessado: 27/10/2016.

CAVALCANTE, R. A. IDEB Uma Possível Interpretação. EDUFU, Uberlândia, v. 2, n. 2, 2011. Disponível em:
<http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/pt/arquivos/silel2011/2134.pdf>>. acessado dia: 26/10/2016.

FERNANDES, R. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. Disponível em: http://www2.unifap.br/gpcem/files/2011/09/IDEB-Texto_para_discuss%C3%A3o26.pdf>. acessado: 26/10/2016.

SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. Pressupostos Educacionais e Estatísticos Do IDEB. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124, jul/set.2013. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302013000300013 >.acessado:26/10/2016.

PAZ, F. M.; RAPHAEL, H. S. O IDEB e a qualidade da educação no ensino fundamental: fundamentos, problemas e primeiras análises comparativas. **Omnia Humanas**, v.3, n.1, 8-30, Janeiro/Julho de 2010 2010. Disponível em:

www.fai.com.br/portal/ojs/index.php/omniahumanas/article/download/81/pdf
>.acesso: 26/10/2016.

NETO, J. L. H. Avaliação externa de escolas e sistemas: questões presentes no debate sobre o tema. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 91, n. 227, p. 84-104, 2010. Disponível em: <http://rbep.INEP.gov.br/index.php/rbep/article/view/604>>. acessado:25/10/2016.

FREITAS, L. C. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da má qualidade do ensino. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. p. 965-987, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1628100.pdf> >.acessado: 25/10/2016.

Alves, M. T. G.; Soares, J. F. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177-194, jan./mar. 2013. (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil).
Disponível em: > <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n1/v39n1a12.pdf> >. acessado em 26/09/2016.

Duarte, N. Política Social: um estudo sobre educação e pobreza/ Brasília, 2012. 253 f. Disponível em: > http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10909/1/2012_NataliadeSouzaDuarte.pdf>. acessado em 17/10/2016.

DUARTE, N. S. O impacto da pobreza no IDEB: um estudo multinível. *R. Bras. Est. Pedag.* Brasília, v. 94, n. 237, 2013. **Disponível em:** > <http://emaberto.INEP.gov.br/index.php/rbep/article/view/369> >. acessado em 26/09/2016.

CARREIRA, D.; PINTO, J. M. R. Custo-aluno qualidade inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007. Disponível em:
http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/qualidade_aluno.pdf
acessado em 28/10/2016.

SAVIANI, Dermeval. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, ISSN 0101-7330. 2007 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300027>. Acesso em 27 mai. 2016.

ANDREUS, C. W. DE VRIES, M.S./Pobreza e Municipalização da Educação: Análise dos resultados do IDEB (2005-2009). v.42 n.147 p.826-847 set./dez.2012. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v42n147/10.pdf>
Acessado em: 29/10/2016

BRASIL. Modelo do Bolsa Família foi “exportado” para 52 países. Portal Brasil publicado: 06/01/2016 18h23/ última modificação: 07/01/2016 15h43. Disponível: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/01/modelo-do-bolsa-familia-foi-exportado-para-52-paises>. Acessado:29/10/2016.

SOARES.S.SÁTYRO.N/O Programa Bolsa Família: Desenho Institucional e Possibilidades Futuras, Brasília : Ipea,2 v, ISBN 978-85-7811-078-9. p.25. 2010. Disponível:
http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_v011.pdf acessado: 29/10/2016.

CURRALERO et. Al. As Condicionalidades do Programa Bolsa Família, Brasília /Ipea,2 v, ISBN 978-85-7811-078-9. p.151.2010. Disponível:
http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_v011.pdf acessado: 29/10/2016.

CHALA, D. C. B. IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2011. Disponível: <http://www.nupe.ufpr.br/chala.pdf>
acessado: 29/10/2016.

Morais. Et al. Impacto do Programa Bolsa Família nos Municípios do Rio Grande do Norte. In: O IX CONGIC tem como tema central: "Tecnologia e Inovação para o Semiárido", 2013.p.8.cidade de Currais Novos/RN. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ocs/index.php/congic/ix/paper/viewFile/1322/212>
acessado: 29/10/2016.

RIBEIRO, M. P e SILVA, M, V. A. IDEB: Avanço ou retrocesso à Educação Brasileira? O que dizem artigos publicados em periódicos entre 2007 – 2014? Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/14266/10806> acessado em 26/092016.

COTTA,T.C. e PAIVA, L. H.O Programa bolsa família e a proteção social no Brasil. Disponível:
http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_v011.pdf Acessado: 02/11/2016

OLIVEIRA, L. C. S./Programa Bolsa Família: Efeitos no desempenho escolar e na superação da Vulnerabilidade social de beneficiários em Feira de Santana/BA, 2006/2012. Luís Carlos Santos Oliveira. Feira de Santana, 2014. 147f.: il.Disponível em: <http://www2.uefs.br/ppge/dissertacao/dissertacao-carlos-santos-oliveira-2014.pdf> acessado em: 02/11/2016.

Bolsa família Quem pode participar: disponível em:
<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona/como-funciona>,
publicado em 01/07/2015. Acessado em 14/11/2016